

MINORIAS E SEU ESTUDO NO BRASIL

L. G. Mendes Chaves

Na literatura sociológica a palavra minoria tem sido utilizada freqüentemente em dois sentidos. Significa primeiro, mais amplamente, um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, "maioritário", ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. Nesse sentido, por exemplo, uma pequena comunidade religiosa de credo divergente da fé professada pela maioria da população é uma minoria e pode sofrer problemas vários no campo das relações religiosas; ou a oposição num país "pouco democrático", ocupando lugar subordinado na estrutura política, tendo pouca chance de ação. Segundo, exprime as denominadas "minorias nacionais", grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado.

Neste trabalho levamos em conta apenas a segunda acepção, i. é, minoria *stricto sensu*.

A minoria via de regra constitui um grupo quantitativamente inferior à maioria, como é o caso dos japoneses no Brasil, dos negros nos Estados Unidos etc., mas a caracte-

rística essencial desses grupos não se reduz a termos numéricos, e sim a certas feições estruturais básicas nas inter-relações maioria-minoria, como *v.g.* a relação de poder, de acordo com a qual se verifica uma superioridade da "maioria" frente a uma minoria, inferior quanto ao poder. É notório nesse caso o exemplo da União Sul-Africana, onde impressionante minoria quantitativa branca domina e subjuga enorme maioria negra, impondo-lhe a política do *apartheid* e impingindo-lhe tôdas as normas de ação. Nesse caso, sociologicamente, a "minoria" são os negros, enquanto a maioria são os brancos, manipuladores do poder.

De acordo com as características que envolvem o contexto de relações maioria-minoria, infere-se que o fenômeno "minoria" só se tornou possível ao longo da História humana com o aparecimento do Estado. Com efeito, o Estado é constituído de um povo ocupando um território determinado com soberania própria perante outros grupos estatais, os quais pretendem de igual modo o monopólio do poder sobre o seu território e seu povo. Mas o povo, constitutivo de um Estado, dificilmente forma uma nacionalidade única, compondo-se ao contrário da agregação de diferentes grupos étnicos. Um desses, ao apropriar-se do poder, impõe suas características culturais sobre os outros, reivindicando a representatividade da nação inteira. Os grupos subordinados formam as minorias. O poder estatal é, pois, o instrumento mais eficiente de que a maioria numa sociedade dispõe para subjugar as minorias integrantes da mesma sociedade. Vincula-se, certamente, com essa reflexão a afirmativa de Louis Wirth: "a gênese das minorias deve ser procurada no fato de que seu território, autoridade política, povo e cultura só raramente coincidem". (Wirth, 1964, p. 347-372).

Conforme os estudos realizados sobre o surgimento de grupos minoritários atuais (*vide*, por exemplo, Wagley, 1964) duas variáveis independentes têm-lhes servido de raízes ao aparecimento: por um lado a expansão imperialista e econômica dos países europeus e, por outro, as pressões demográficas, econômicas ou políticas sofridas por certos países. No primeiro caso, certos Estados em suas conquistas imperialistas, ao se expandirem sobre a América, a África e a Ásia,

instituído colônias (transformadas posteriormente em Estados), submetem populações nativas, incorporando-as à sua organização estatal através da superioridade bélica. Demais, no concernente às minorias americanas, com a necessidade do estabelecimento de grandes empresas para a produção de mercadorias destinadas ao comércio europeu, recorreram como solução predominante ao uso da mão-de-obra escrava, utilizando, a princípio, a própria população autóctone, para logo após transferirem da África para a América contingentes populacionais inteiros, apesados e agrilhoados de modo infra-humano, servindo aí de força produtiva. Assim se formaram nos diversos países da América as minorias negras, egressas da situação anterior de minbrias escravas. No segundo caso, a gênese das minorias radica no processo de emigração de grupos étnicos de um país para outro, em virtude de fortes pressões demográficas, políticas ou econômicas em sua pátria. São as mincrias constituídas de imigrantes como judeus, japoneses, chineses, alemães etc.

O estudo das minorias em termos sociológicos é relativamente recente e só após a Segunda Guerra Mundial é que tomou um incremento digno de nota. Já na década de 1930 e de 1940, apareceram vários trabalhos, a maioria frutos de abordagem psicológica. Em seguida, o interesse pelo problema contagiou de igual modo a sociologia e a antropologia, havendo evolvido nas últimas décadas farto material, a maior parte elaborada por cientistas sociais norte-americanos. Para tanto contribuiu incontestavelmente a abundância de problemas os mais sérios as relações entre brancos e negros nos Estados Unidos e entre a maioria "americana" e outros grupos étnicos para lá emigrados, bem como o magno estímulo que desde cedo encontraram naquele país as ciências sociais empíricas.

Assim, essa área de problemas há sido enfocada na atualidade por três abordagens: a social-psicológica, a culturalista e a estritamente sociológica, dependendo naturalmente do interesse do investigador em cada caso. Creio que muitas vezes, especialmente nas pesquisas que se propõem analisar a problemática com máxima profundidade, inclusive com a tentativa de atingir a generalizações científicas, se faz necessária a

consideração e o concurso dêsses três pontos de vista. Contudo, em monografias que não visam a tão alto grau de ambição, os autores são obrigados freqüentemente a optar por uma das três tendências metodológicas. Eisenstadt lembra, por exemplo, que da literatura sociológica podem ser inferidos três índices principais de absorção completa: a) aculturação; b) ajustamento pessoal integral dos imigrantes; c) a dispersão dos imigrantes como um grupo dentro das principais esferas institucionais da sociedade absorvente (1960, p. 11). Esses índices correspondem justamente àqueles rumos metodológicos. A aculturação se vincula ao grau maior ou menor em que o imigrante aprende a internalizar os diversos costumes, normas e papéis na nova sociedade; o ajustamento se refere antes de tudo aos efeitos do nôvo contexto sôbre a personalidade do imigrante, os quais podem ser positivos ou negativos (nesse último caso não se dando o ajustamento e provocando a desorganização da personalidade); e, finalmente, a denominada dispersão institucional dos imigrantes dentro das várias esferas institucionais da sociedade.

II — *Minorias no Brasil*

No Brasil registramos a presença de minorias indígenas, negras, judias, alemãs e japonesas, vinculadas tôdas a uma das duas variáveis independentes referidas na parte I, sendo contudo ainda pouco expressiva nossa literatura sôbre o assunto. Teceremos aqui algumas considerações a respeito de alguns estudos sôbre as mesmas, limitando-nos a obras apreciadas num dos seminários do curso de pós-graduação do Museu Nacional no primeiro semestre dêste ano. Sôbre os índios no Brasil não chegamos a discutir. Creio, aliás, que nenhum trabalho *nesse sentido* existe sôbre êles. Entretanto acredito que o seu estudo em têrmos de "minorias" não é possível, ou é irrelevante, uma vez que grande parte das tribos indígenas, apesar de terem como base territorial nosso país, não estão integrados no Estado brasileiro, deixando de assumir por conseguinte com a nossa sociedade aquelas relações típicas que caracterizam a interação da maioria com as minorias;

mas mesmo aquêles grupos indígenas integrados não têm suscitado interêsse para o estudo dessa natureza, por se situarem, talvez, em áreas bastante periféricas da sociedade brasileira, ou por não se terem constituído até agora em problema sério nas suas relações com os "civilizados". Faça-se referência, porem, aos trabalhos do professor Roberto Cardoso de Oliveira sôbre sociedades indígenas e sua relação com a sociedade nacional, efetuados mais através da ótica do "colonialismo interno" como a concebeu G. Balandier. São êles *O Índio e o Mundo dos Brancos; O Processo de Assimilação dos Terene e Urbanização e Tribalismo*.

Os judeus, por sua vez, não obstante terem sido examinados no nosso seminário, não têm representado no Brasil como grupo minoritário um foco de grande relevância para o interêsse da investigação sociológica, talvez em virtude de seu tamanho bastante reduzido e sua concentração apenas em duas ou três áreas metropolitanas (Rio, S. Paulo, Curitiba), gerando por isso mesmo pouca ressonância na sociedade global brasileira. Sôbre êles examinamos aqui dois pequenos trabalhos: a) de Heinrich Rattnes: "a persistência de padrões tradicionais e problemas de integração na sociedade brasileira entre estudantes judeus de S. Paulo" (1965, p. 121-152); b) de Anita Novinsky: "Os israelitas em S. Paulo" (1968, p. 107-126).

No primeiro, Heinrich Rattnes, manipulando uma biblioteca bastante eclética, desde obras psicológicas e sociológicas até o Talmude, utiliza como instrumento de investigação preponderante a abordagem social-psicológica e culturalista. Seu interêsse maior é o de analisar o processo de integração do imigrante israelita em termos de aculturação e ajustamento de personalidade, enfocando mais as peculiaridades culturais e psicológicas do grupo minoritário e os efeitos sofridos pelo mesmo no impacto com a maioria (isso, porém, mais no nível individual através de estudantes universitários de São Paulo). Apesar de referir-se elogiosamente à sociedade brasileira, apontando-lhe a abertura e a tendência universalista, não enfoca as relações da maioria com a minoria estudada, demorando mais nos aspectos já indicados. Vê os estudantes universitários judeus em S. Paulo numa situação de "margi-

nalidade", i. é, uma situação entre as culturas, a judia e a brasileira, e como vítimas da ambivalência "identificação com o grupo próprio" *versus* "identificação com sociedade inclusiva", ambivalência provocadora de tensões, de isolamento e insegurança social.

Assim, embora possa ser classificado como um trabalho sobre "minorias étnicas", o artigo dedicou-se apenas a um pequeno segmento das questões que caracterizam esse tipo de estudo: o segmento denominado por Peter Heintz (1968, p. 49-53) "problemática acerca de los límites de las categorías sociales" em que se examina justamente esse estudo de ambivalência entre duas categorias sociais.

Já Anita Novinsky, no segundo artigo, ao invés de proceder à análise através do nível individual como no caso anterior, toma os judeus como um grupo, diligenciando analisar-lhe o comportamento para com a sociedade inclusiva e vice-versa. Interessa-se pois em detectar as características do relacionamento de uma maioria e uma minoria. Para tanto, lançando mão de farta bibliografia histórica e de levantamentos e censos sobre o ingresso, a distribuição e a localização dos judeus em S. Paulo, focaliza a "minorias" não como entidade isolada mas inserida num todo mais amplo: o complexo causal das imigrações, o contexto histórico da sociedade absorvente, a conjuntura internacional etc. Sua abordagem é pois mais estrutural e mais rigorosamente sociológica, representando seu trabalho positiva contribuição para o estudo dos judeus em S. Paulo, rica de idéias para a compreensão das relações "maioria-minoria".

Para o estudo da minoria alemã enfocamos os trabalhos de Emilio Willems e de Úrsula Albersheim.

Ambos esses trabalhos têm uma abordagem mais culturalista, sendo o de Willems para o assunto em foco incomparavelmente mais relevante do que o de Úrsula Albersheim. Essa não teve a intenção de proceder a um estudo tipicamente de minorias étnicas como a entendemos aqui. Utilizando a técnica clássica, como vigorou na década de 1930, desde a introdução da mesma ao estudo de sociedades não primitivas pelo casal Lynd em Middletown, até mais ou menos aos anos

50, pretende dar-se conta de modo global de tôda a realidade de uma comunidade escolhida como amostra do Vale do Itajaí. Segundo essa orientação, o livro vem marcado da deficiência capital inerente à mesma: apesar de pretender globalidade, o que pratica efetivamente é uma segmentação da comunidade em várias secções categoriais estanques, sem vinculação entre si, procedendo ao estudo no nível etnográfico de cada uma dessas secções. E apesar de se referir ao problema de assimilação dos alemães, a verdade é que o livro, já por força de sua própria técnica metodológica, já pelo fato de a autora não ter se preocupado com a problemática propriamente dita de "minoría" não transcende o estreito âmbito isolado das relações de uma minoría consigo própria. É muito sintomático o fato de a autora no seu trabalho considerar "minoría", não os alemães, mas os brasileiros que habitam na comunidade. Ademais, abstraindo embora essa falha, dá-me a impressão de que, mesmo considerando o livro como um "estudo de comunidade", não atingiu de cheio o alvo colimado: será que "Jarim", por sua posição geográfica, econômica e social, pode de fato reivindicar a representatividade do contexto sociológico do Vale do Itajaí?

Willems é mais fecundo. Intenta abranger em sua investigação os alemães de modo geral imigrados no Brasil, tratando-os como grupo minoritário. Sua preocupação maior é o índice de "marginalidade" e de assimilação dos imigrantes, circunscrevendo-se mais a uma visão culturalista. Usa o conceito "marginalidade" para exprimir o estado de "minoría" e o de assimilação para indicar a transformação espiritual profunda que se opera nos indivíduos componentes do grupo minoritário ao ser absorvido pela maioria. Assimilação é o processo ou processos pelos quais povos de origens raciais diversas e de diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, realizam uma solidariedade cultural suficiente pelo menos para sustentar uma existência nacional" (def. de Park, adotada por êle).

Mas, ao examinar êsse processo assimilacionista, investiga-o através de um contexto amplo de nexos, procedendo no plano cultural como Eisenstadt o faz num plano mais sociológico. Com efeito, êsse indica que, ao tratar-se do pro-

cesso de imigração deve-se levar em conta três estágios: a) a motivação para emigrar; b) a estrutura do processo migratório atual, da transferência física da sociedade original para a nova; c) a absorção dos imigrantes dentro do contexto social (1960, p. 1).

Willems inicia seu estudo ligando o grupo minoritário ao contexto de origem e ao novo contexto, tentando estabelecer assim um largo emolduramento de nexos. "O estudo do *immigrant's background* abrange a totalidade do meio abandonado pelo emigrante" (p. 26). Em virtude disso, empreende uma análise detalhada do meio rural da Alemanha no século passado, de onde se originou a maioria dos imigrantes alemães do Brasil. Só que esse exame é realizado através das características culturais (totalidade das normas existentes, crenças, idéias, usos, preceitos e conhecimentos etc.). Confrontando então os dados trazidos pelo imigrante com os dados culturais aqui encontrados, crê-se situar-se ante o problema fundamental do estudo. "O confronto importa em avaliação mútua, e esta avaliação mútua determina a seleção de uns e a eliminação de outros dados, preparando a interpenetração dos elementos sociais e culturais" (p. 16). Fornece três características básicas desse processo de assimilação: a) é um processo bilateral, prevalecendo embora os padrões de um grupo; b) implica na seleção de certos dados dos grupos adventícios e a eliminação de outros; c) a assimilação estende-se apenas aos dados transmitidos pelo convívio ou pela educação, não abrangendo elementos biológicos" (13, 14).

Creio que o estudo de Willems é uma boa contribuição para a compreensão da minoria alemã no Brasil. Etnograficamente rica, já aponta idéias e diretrizes interessantes de como se proceder a um estudo de um grupo minoritário. Entretanto, vem prejudicado ainda pela deficiência que marca as abordagens culturalistas nesse campo. Detendo-se preponderantemente no nível das transformações observadas no comportamento ou na personalidade dos imigrantes, deixa de captar dados importantes situados no plano mais profundo da interação entre os imigrantes *enquanto grupo* e a estrutura social da sociedade receptora.

Para o estudo dos japoneses gostaria de fazer referência apenas à tese de Francisca Isabel Schurig Vieira, o mais completo entre os trabalhos escritos no Brasil sobre essa minoria. Vai aqui, porém, leve menção aos artigos de Ruth Cardoso (1963, 1959) e ao livro de Hiroshi Saito (1956). Os artigos de Ruth Cardoso tratam apenas de um segmento estreito de problemas, através de um enfoque aculturacionista, com aquelas limitações comuns a esse tipo de enfoque já assinaladas. Saito, apesar de apresentar um trabalho bastante satisfatório, não parece estar interessado *em primeiro plano* em tratar os japoneses através do enfoque característico do estudo de minorias, e sim o de captar os problemas de mobilidade e fixação dos japoneses, tanto espacial como socialmente dentro da sociedade brasileira. Saito tem o cuidado de examinar os japoneses em interação com a sociedade brasileira especialmente através das relações econômicas. Entretanto, ao examinar o grupo minoritário em si, demora mais no campo da sua mobilidade e fixação, fenômeno influenciado pelos fatores psicológicos e antropológicos da migração, bem como pela adaptação física dos imigrantes, fatores a que concede ênfase especial.

Em a "Absorção dos Japoneses em Marília", Schurig Vieira segue como diretriz teórica fundamental o esquema sociológico sugerido e aplicado por Eisenstadt em "The Absorption of Immigrants". Daí focalizar o problema da minoria japonesa através de uma ótica eminentemente "estrutural" no sentido de não poder compreender o fenômeno "minorias japonesa" sem jungi-lo a um amplo quadro estrutural onde estão interconectados contextos vários, como: a) o cenário sociológico dos imigrantes antes de abandonar sua terra; b) as condições reais da transferência física do habitat original para o novo país; c) a conjuntura político-econômico-social do país receptor; d) o processo de absorção dos imigrantes na nova sociedade. Embora centralize sua pesquisa de campo em Marília, não se prende a essa comunidade. Transcende-a, para na primeira parte dirigir sua atenção a eficiente análise sociológico-histórica do movimento migratório japonês, o qual só pode ser entendido se colocado no "quadro geral do desenvolvimento industrial e de urbanização que se

processou no Japão a partir de 1868" (p. 2). À medida que se vai intensificando êsse complexo de relações no Japão, surge e cresce o movimento migratório interno para, com a incipiente explosão demográfica, transpor as fronteiras do país e estender-se a novas áreas, primeiro sob o contróle japonês, e logo após a áreas fora dêsse contróle. Surgem as Companhias de Colonização para explorar econômicamente as migrações, e essas recebem aos poucos a orientação e influência política do próprio Governo. Êsse, por sua vez, explora as emigrações para expandir seu imperialismo econômico. A isso se alia a motivação fundamental dos japoneses para emigrar: "o êxito rápido e volta à terra natal". Examina ainda nessa primeira parte a transferência dos emigrantes do Japão para o Brasil e a situação da então chamada "Frente Pioneira do Estado de S. Paulo", região para onde teriam sido deslocadas as levas de imigrantes. "A migração japonêsa está estreitamente ligada ao avanço da frente pioneira no Oeste de S. Paulo, uma e outra condicionadas pela expansão da agricultura comercial do café" (p. 36). Novamente aqui a coincidência com a orientação de Eisenstadt: "as mudanças que se dão no imigrante não podem ser, porém, entendidas sem uma análise da sociedade absorvente, sem *the demands it makes on the immigrant, and the possibilities it offers him*" (p. 10).

Deduz da análise os seguintes pontos:

a) os japoneses estavam fortemente orientados para o Japão. Daí a resistência inicial à absorção; b) intenção dos japoneses: voltar à terra natal logo após o êxito fácil; c) produção agrícola estimulada e amparada pelo capital nipônico; d) em consequência de tudo isso: intensa solidariedade étnica; pouca identificação com a sociedade brasileira. E com referência à sociedade inclusiva, "a orientação seria predominantemente negativa, aliada à ausência de desejo de construir um nêvo modo de vida" (p. 49).

Na parte II atinge o fulcro do seu estudo com a atenção concentrada sôbre a absorção dos japoneses em Marília, definida a mesma "dinamicamente como um processo de mudança social, com possibilidades integrativas e desintegrativas" (p. 50). Aqui mais uma vez segue a Eisenstadt, adotando,

como instrumento de investigação, não o critério tradicionalmente escolhido dos processos de aculturação ou de assimilação, mas a chamada “dispersão institucional”, isto é, a progressiva “institucionalização do comportamento dos imigrantes vista como um processo de transformação dos grupos básicos dos imigrantes e da extensão de sua participação e orientação além desses grupos nas principais esferas da sociedade receptora. Nesse sentido, a institucionalização é contínua e dinâmica e as transformações não são unidimensionais nem têm um ponto fixo culminante” (p. 50).

Nessa parte ainda ultrapassa o âmbito do município para, no Capítulo V, focalizar as relações entre japoneses da Alta Paulista e a sociedade brasileira.

A dispersão institucional é observada principalmente através do índice “família” e de “associações”. Atenta na importância dos grupos geracionais *issei* e *nissei* para o processo de dispersão. Assim, por exemplo, enquanto os *issei* (geração mais velha, ainda nascida no Japão) possuem acentuada orientação coletiva, os *nissei* (geração mais nova, nascida no Brasil), apesar de a conservarem, já tendem para um certo grau de individualismo, expressa no casamento misto, nas relações mais equânimes marido-espôsa etc. Enquanto os *issei* têm o total controle econômico, os *nissei*, através de emprego assalariado, vão granjeando a possibilidade de adotar maior individualismo e independência em relação aos *issei*; os *issei* têm bastante força política, pois controlam as associações de chefes de família, enquanto os *nissei*, ocupando cargos políticos, exercem papel importante como canais de comunicação com a sociedade inclusiva. Lembra, entretanto, que não é suficiente a dicotomia *issei-nissei*, sendo necessária a combinação com a dicotomia “zona urbana-zona rural”. Na cidade, a dispersão institucional se dá mais celeremente, sendo por conseguinte mais acentuada a dicotomia *issei-nissei*. Assim, à medida que se dá a aceleração do processo urbanizador dos japoneses, aumenta sua dispersão institucional e se opera paralelamente uma transformação de orientação do grupo étnico, registrando-se paulatina identificação com a sociedade mais ampla.

Esse trabalho representa, assim, importante colaboração para o conhecimento da minoria japonesa no Brasil, tanto no campo etnográfico quanto no da análise sociológica, servindo de fecundo exemplo para o estudo do fenômeno "minorias étnicas" em geral.

Atingimos, assim, finalmente, a minoria negra, talvez a de maior relevância, tanto nos estudos realizados nos Estados Unidos (e principalmente lá!) quanto nos aqui efetuados. Lá, porque se tem intensificado nos últimos decênios o caráter conflituoso nas relações entre brancos e negros, tanto mais quanto mais crescente há sido a conscientização dos grupos em desvantagem, transformando contraditoriamente aquele país — o qual pretende ser o baluarte da democracia e a corporificação dos clássicos valores da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade) — no modelo mais negativo, mais odioso, mais desumano de racismo e de preconceitos raciais e étnicos de toda espécie (juntamente com a África do Sul e a Rodésia). E isso a tal ponto que, justapostos os dois contextos — o americano e o brasileiro — desponta gigantesco o contraste entre um e outro nesse setor, a justificar de certo modo a convicção de muitos observadores mais apressados de que no Brasil não existe preconceito racial. Com efeito, ante a brutalidade do quadro norte-americano, os preconceitos raciais observáveis no Brasil esmaecem e como que se anulam. Por isso mesmo os estudos aqui efetuados não têm sido fruto de uma necessidade prática premente e imediata, decorrente de conflitos inter-raciais, como nos Estados Unidos, mas mais uma decorrência do afã sempre crescente dos cientistas sociais brasileiros em cada vez melhor conhecer os mecanismos da sociedade brasileira, em todos os seus meandros e segredos.

De um exame rápido da literatura brasileira sobre o negro despontam três gêneros principais de estudo: o diacrônico, abrangendo os de cunho histórico com interpretação, ou não, sociológica, psicológica ou antropológica; o sincrônico, abrangendo trabalhos executados com fundamento em pesquisas de campo; e os que envolvem as duas tendências acima, integrando-as complementarmente para a investigação.

No primeiro caso temos o exemplo, entre outros, da obra de Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*), onde o autor tenta verdadeira radiografia das relações entre o negro escravo e o senhor da era colonial, no processo de formação, evolução e maturação da família patriarcal nordestina. No nível mais elevado da teoria antropológica, seu intento fundamental é enfatizar a diferenciação básica entre “raça” e “cultura”, cuja confusão ideológica tanto fez mal ao Brasil, comprometendo grande número de escritores importantes como Couto de Magalhães, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e outros. Toda a sua argumentação e todo o material aduzido evolve em função desse postulado básico. Mas, não obstante Gilberto Freyre conceber um modelo das relações sociais da época todo construído sobre antagonismos e conflitos,¹ o relacionamento do negro escravo e do senhor branco é mostrado mais no nível das relações interpessoais do que entre grupos minoritário e majoritário.

No segundo caso temos como exemplos estudos realizados a partir de 1951, na Bahia, sob o patrocínio da UNESCO, em cooperação com a “Columbia University”, os quais visavam esclarecer as idealizações que se fazem das pessoas pretas, tanto no meio rural quanto no urbano. Escolheram-se para a pesquisa comunidade de três áreas distintas do território baiano, pretensamente típicas: Vila Recôncavo, Minas Velhas e Monte Serrat. Examinamos o estudo sobre a última dessas comunidades, escrito por Ben Zimmermann. A abordagem adotada foi a de “Estudo de Comunidade”, com as técnicas de observação participante durante cerca de um ano no local, entrevistas formais e informais, coleta de dados de folclore regional (provérbios, anedotas, canções, ditos, trovas etc.), emprêgo de questionários e formulários etc. Com essa pesquisa pretendiam captar as relações raciais que, somadas aos resultados das outras regiões, forneceriam a imagem da situação racial na Bahia e em parte do Brasil. O estudo merece a maioria das críticas já formuladas ao trabalho de Úrsula Albersheim. Não fornece nenhuma análise, e sim apenas um repertório de dados etnográficos nem sempre dignos de con-

(1) Vide por ex. obra citada, pág. 73-74.

fiança (como, por exemplo, o estranho teste da fotografia. Os pesquisadores tomavam retratos de tipos diferentes de pessoas, dispondo-os sôbre uma mesa, de acôrdo com critérios de sexo e de idade, a fim de os entrevistadores arrumarem as fotos em resposta a perguntas como: grau de atração física; grau de riqueza que a pessoa da fotografia possa ter conforme sugestão de seu aspecto; grau de capacidade para o trabalho; de honestidade; de tendência religiosa etc.). O trabalho se restringe pois aos aspectos mais superficiais da cultura e da personalidade, com as falhas assinaladas, possuindo apenas algum valor etnográfico.

Convém aludir, outrossim, ao trabalho de Otávio da Costa Eduardo que incide de igual modo nesse segundo tipo de estudo (1948). Trata-se do estudo comparativo de uma comunidade rural negra do Maranhão, em relação com a capital S. Luiz, não utilizando o conceito de minoria nem realizando êsse tipo de estudo, pois não lhe interessam as relações "minoría-sociedade mais ampla". Volta-se exclusivamente para os problemas de aculturação dos negros naquela comunidade, preocupando-se além disso em aplicar a tese do "foco cultural" de Herskovitts, de quem foi aluno (Foco Cultural é o aspecto mais importante e mais fixo da cultura, difícil de mudar, como no caso a religião africana), dedicando por isso mesmo vasta análise à problemática religiosa dos negros. Apesar de bem escrito, lançando mão inclusive do método comparativo entre aspectos culturais do contexto original africano e o nôvo contexto brasileiro, não representa praticamente contribuição alguma enquanto estudo prôpriamente dito de minoria.

No terceiro caso indigitamos como exemplos os livros de Florestan Fernandes (1965), Fernando Henrique Cardoso (1962) e Otávio Ianni (1962). Todos três, a par de usarem farto material histórico sôbre a escravidão e a formação do capitalismo no Brasil, procederam a pesquisas de campo, respectivamente, em S. Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Seu escopo básico é a investigação do surgimento e da evolução de uma sociedade de classes brasileira, e como os negros se situaram e vêm se situando nesse processo. Apesar das va-

riações específicas em cada caso, chegam no essencial às mesmas conclusões.

Deflui desses trabalhos que, ao estudarmos a minoria negra, devemos imprescindivelmente dividir dois estágios de sua existência: o período da escravidão e o período após a abolição da escravatura. No primeiro estágio nos deparamos com o negro identificado com o escravo, o mais baixo dos *status* sociais. Como sabemos, desde o início da colonização brasileira os portugueses, ante as dificuldades ingentes de mão-de-obra, recorreram à organização da nossa produção fundada na utilização de força de trabalho escrava. Para tanto, forçaram a vinda, da África, de levadas e levadas de pessoas escravizadas, distribuindo-as com o correr do tempo, e conforme as necessidades da evolução econômico-social, em quase tôdas as regiões do Brasil.

Convém já aqui observar que, embora no Brasil, como nos Estados Unidos, a introdução das minorias negras tenham sido originadas de uma causa comum — o expansionismo econômico dos europeus como referido acima —, a sua evolução segue rumos diferentes. Enquanto lá, a colonização se deu através do deslocamento de famílias inteiras que abandonavam definitivamente a Europa para emigrarem, e na América construir uma nova Pátria, no Brasil, os portugueses, ante a falta de pessoas para colonizá-lo, tiveram que incrementar intensamente, desde o início, a política da miscigenação tanto para a organização do trabalho, quanto para a constituição da família. A mestiçagem se processou, como lembra Thales de Azevedo (1966), não como resultado de simples agregação física de grupos étnicos diferentes, mas como produtos de condições econômicas e históricas. Para tanto facilitou enormemente a disposição do português para a união com outras raças. “O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a Colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fôsem de fé ou religião católica” (Gilberto Freyre, 1966, p. 38).

Esse contato inter-racial e a miscigenação, como afirma Otávio Ianni, “serviu de mecanismo de classificação e ascen-

são social e constituía um requisito para a libertação individual, além de ser um meio de solapamento da ordem vigente". Todavia, não se impediu o surgimento, desde a época inicial, dos inúmeros mecanismos de segregação racial, dada a constituição da sociedade em duas camadas hierarquicamente superpostas: a das pessoas livres (senhores e brancos de modo geral) e a das escravas (negros). Em decorrência dessa situação, a camada branca detinha o monopólio da riqueza, do poder, do prestígio, enquanto à camada negra, subjugada a condições infra-humanas, era atribuída a contrafação dessas qualidades: era de todo impotente, desprezada, nada possuía, nem a si própria. A sociedade era caracterizada pela endogamia das duas camadas, imposta pelos brancos, dando-se a miscigenação só através de relações sexuais extra-conjugais. Além disso, a camada branca, por um excesso de etnocentrismo e para justificar-se perante si própria e perante os valores da filosofia cristã, e garantir a separação entre os estratos raciais, conservando o negro no seu lugar, passou a criar de modo multiplicador preconceitos sociais negativos contra os negros, e positivos a seu favor, definido o preconceito social de acôrdo com Peter Heintz (1957), como "aquêles juízos sôbre categorias de pessoas, os quais de nenhum modo sistemático são comprovados" No caso em foco, trata-se de uma forma específica, o preconceito *racial*, juízo não comprovado empiricamente, arquitetado pela maioria racial contra a minoria, integrante da mesma sociedade, tendo a função de garantir uma separação nítida entre o grupo minoritário, o qual funciona como grupo de referência negativa, e o grupo majoritário, que funciona como grupo de referência positiva. Durante a escravatura o preconceito racial básico, do qual decorrem todos os outros parece ser a afirmação defendida pelo imperialismo europeu de que a raça branca é superior à raça negra em todos os aspectos, não podendo os negros por isso mesmo autodeterminar-se.

As conseqüências e implicações da situação de escravos da raça negra são relevantíssimas e têm que ser levadas em consideração quando se examina o processo de absorção dos negros na sociedade brasileira.

Com a intensificação da economia mercantil e seu paulatino desembocar no sistema capitalista de produção, vai-se tornando arcaica e contraproducente a escravidão, criando-se assim as condições para o processo de abolição. A abolição, porém, não teve em sua essência o fito primordial de libertar o escravo mas o de acabar com o trabalho escravo que se tornava oneroso e improdutivo. Foi nesse sentido, como afirma Otávio Ianni, uma “revolução branca”, da qual os negros participaram apenas como objetos. Urgia, pois, substituir os escravos por trabalhadores livres. Ingressava, assim, a sociedade brasileira numa estrutura capitalista de classes sociais, sem, porém, os negros há pouco egressos da escravidão estarem prontos para acompanhá-la. O resultado é que foram marginalizados inicialmente do processo de transformação da nossa sociedade de classes, sendo mantidos “de facto”, por mecanismos vários, na antiga situação racial de “castas”, só podendo livrar-se dela através da ascensão individual rara, e nunca como *grupo*. ... “A desagregação do regime de castas e estamental, associado à escravidão, não repercutiu diretamente nas formas de acomodação racial desenvolvidas no passado. Não só os mecanismos de domínio racial tradicionais ficaram intactos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões preestabelecidos de concentração racial de renda, do prestígio social e do poder” (Florestan Fernandes).

Assim, transpuseram-se para além da abolição os mecanismos de separação nítida entre as raças, engendrados no período escravocrata, chegando mesmo a refinar-se ao mudar o negro formalmente seu *status* de escravo para homem livre. E a côr preta emergiu então como critério apontador por excelência do ex-escravo. São os preconceitos de côr com suas funções várias os instrumentos de que lança mão a sociedade branca para conseguir tal objetivo. Florestan Fernandes (1965, pág. 374 e segs.) analisa uma série de funções que têm os preconceitos. Entre elas, por ex., a função de “manter o negro no seu lugar”, a de “manter o negro na linha”; “confinar racialmente a área do grupo branco” em relação ao de côr; desenvolver no negro tolerância e passividade diante de uma polarização recíproca das duas funções

mencionadas anteriormente: o próprio negro “coloca-se no seu lugar” e “age como deve”, ou “põe em prática mecanismos reativos que não incorrem em desaprovação sistemática por parte dos brancos” etc. etc.

Parece, porém, poder depreender-se desses estudos que o nosso país vem passando por uma evolução, embora lenta, nesse setor social. Inicialmente, no período da escravatura havia a discriminação e a subjugação completa do homem negro que se identificava com o escravo. Criaram-se os inúmeros preconceitos e estereótipos como mecanismos distintivos e como meios de advertir e indicar aos negros a sua posição. Realizado o processo de abolição, e elevado o *status* do negro a homem livre, não terminou de repente o comportamento discriminativo e preconceitual. Mas a marcha de nossa sociedade há sido no rumo de sua extinção. À medida que se vai dando o palmilhar do nosso país rumo ao desenvolvimento econômico e social e à sua maturação como um sistema capitalista, vai-se integrando pouco a pouco o negro na estrutura de classe e vão *pari passu* tomando outra expressão, ao que parece mais suave, os preconceitos de côr entre nós.

Os três trabalhos em foco representam, por conseguinte, valiosa contribuição, primeiro para a compreensão da sociedade nacional em um dos seus mais relevantes setores, qual seja o estudo da raça negra, um dos esteios da formação de nossa pátria desde os primórdios. Segundo, constituem de igual modo rica colaboração para o estudo de minorias em geral. Não que tenham tentado teorizar acêrca do problema “minorias”. Tomam minoria simplesmente como um dado. E à maneira de Marx que, não tendo se interessado em primeiro plano pelas características puramente teóricas do fenômeno “classes sociais”, deixou alguns dos mais importantes estudos sôbre como elas operam na realidade, creio que acertaram de cheio no alvo, concentrando sua atenção do início ao fim sôbre as relações dinâmicas entre a maioria e a minoria, suas características essenciais e seus mecanismos de ações.

Concluindo, creio que as ilações a respeito das principais contribuições ao estudo de minorias e as linhas mais fecun-

das de análise já foram tiradas ao longo desse trabalho. Resumindo e sintetizando, são elas as abordagens que não se prenderam a aspectos mais superficiais da cultura e da personalidade, “quer através de segmentos específicos da realidade, quer através do tradicional estudo de comunidade”, mas as que penetraram num plano sociológico mais profundo, examinando as relações através de um ângulo estrutural, dialético ou funcionalista. Sobressaem nesse sentido, na minha opinião, como melhores os livros de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni (minoría negra) e o de Francisca Isabel Schurig Vieira (minoría japonesa).

BIBLIOGRAFIA

- 1a. ALBERSHEIM, Úrsula — *Uma Comunidade Teuto-Brasileira*, INEP.
- 1b. AZEVEDO, Thales de - 1966 — *Cultura e Situação Racial no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio.
2. CARDOSO, Fernando Henrique - 1962 — *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Difusão Européia do Livro, S. Paulo.
3. CARDOSO, Ruth - 1963, in “Revista de Antropologia: O Agricultor e o Profissional Liberal Entre os Japoneses no Brasil”, 1959.
4. 1959, in “Revista de Antropologia”, *O Papel das associações juvenis na aculturação no Brasil*.
5. EDUARDO, Otávio da Costa - 1948 — *The Negro in Northern Brazil*, Nova York.
6. EISENSTADT - 1960 — *The Absorption of Immigrants*, Routledge & Kegan Paul. Yale.
7. FERNANDES, Florestan - 1965 — *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Dominus Edit., S. Paulo.
8. FREYRE, Gilberto - 1966 — *Casa Grande & Senzala*, 13a. ed., José Olympio, Rio.
9. HEINTZ, Peter - 1957 — *Los Prejuicios Sociales*, Ed. Tecnos, Madrid.
10. IANNI, Octávio - 1962 — *As Metamorfoses do Escravo*, Dif. Eur. do Livro, S. Paulo.
11. SAITO, Hiroschi - 1956 — *O Japonês no Brasil*, estudo de mobilidade e fixação, Edit. Nacional.
12. NOVINSKY, Anita — *Os Israelitas em S. Paulo*, in Marcondes & Pimentel (ed.), S. Paulo, espírito, povo, instituições, Livr. Pioneira.

13. RATTNES, H. — *A persistência de padrões tradicionais e problemas de integração na sociedade brasileira entre estudantes universitários judeus de S. Paulo*, Sociologia, XXVII (2), p. 131-152.
14. VIEIRA, Dra. Isabel Schurig — *A Absorção do Japonês em Marília*, Ms.
15. AGLAY, Charles - 1964 — *Minorities in the New World*, Columbia Univers. — *Race and Class in Rural Brazil*, Columbia Univers.
16. WIRTH, Louis, 1949 — *The Problem of Minorities Groups*, in Linton (ed.) *The Science of Man in the World Crisis*, Columbia Univers.
17. ZIMMERMAN — *Race Relations in the Arid Sertão - in Waglay — Race...*
18. WILLEMS, Emílio — *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, Comp. Ed. Nacional.